



Resumo dos textos sobre o tema da agricultura francesa

Alice Jacques de Dixmude
Com contribuições de grupos e do professor

Texto 1: A identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses

Em 1999, a decisão norte-americana de sobretaxar produtos franceses em razão da decisão europeia de embargar a importação de carne dos Estados Unidos por uso de anabolizantes para acelerar a engorda bovina e graves crises de "segurança alimentar"¹ motivaram os agricultores franceses a protestar. A referida decisão da União Europeia se fundamenta no princípio da precaução, pois existem suspeitas que estes hormônios utilizados em bovinos seriam substâncias cancerígenas.

Unidos na Confédération Paysanne, estes agricultores planejaram um protesto bastante simbólico: desmontaram uma loja McDonalds por representar o imperialismo norte-americano e tudo contra o que lutam: uniformização alimentar, a banalização da agricultura, alimentação não saudável, desrespeito à organização sindical e à legislação trabalhista, monopólio e conformismo. José Bové, desde então, representa "a resistência dos agricultores franceses contra uma globalização que não considera as particularidades das culturas regionais" (Moruzzi Marques e Bleil, 2000, p. 158).

A Confédération Paysanne tem uma origem distante na Jeunesse Agricole Catholique (JAC), que contribuiu para mudanças radicais da agricultura francesa. A JAC atuou decisivamente na reorientação da Fédération nationale des syndicats d'exploitants agricoles (FNSEA), o que permitiu sua participação no processo de co-gestão junto ao Estado com vistas à modernização da agricultura francesa, impulsionada a fim de garantir sobretudo a autossuficiência em alimentos. A política agrícola comum (PAC) europeia também apoiou essa modernização.

Assim, uma "reforma das estruturas" datada no início dos anos 1960 previu que os agricultores considerados como os mais aptos para se modernizar deveriam receber todo o apoio para obterem uma superfície agrícola ampla e para equiparem seu sistema de produção. Foi criado um sistema de aposentadoria precoce, permitindo a liberação de áreas agrícolas para jovens agricultores modernizadores. Também, foram criados instrumentos de regulação de acesso a terras, com os quais jovens tiveram prioridade na sua obtenção (o que será tratado na segunda parte do resumo) e foi estabelecido um modelo onde a situação de produção ideal correspondia a duas unidades de trabalho-homem (o casal), uma agricultura familiar portanto. Mas, pouco a pouco, o produtivismo desta agricultura conhece cada vez mais contestações dentro da estrutura sindical predominante, a FNSEA. Em 1982, uma corrente divergente deixou a estrutura majoritária para iniciar a formação da Confédération Paysanne.

¹ Tais como a "vaca louca", contaminação de frangos e intoxicação de crianças por ingerir produtos químicos presentes em refrigerantes.



A Confédération Paysanne reivindica que a agricultura camponesa tem todos os requisitos para satisfazer três dimensões essenciais para a sociedade: uma dimensão social, uma dimensão econômica e uma dimensão de qualidade (respeito ao consumidor e à natureza). Nesta organização, é considerado que a função do agricultor é produzir bens materiais e não materiais de forma combinada, o que é de interesse para toda sociedade. Assim, consideram que a política agrícola deve apoiar os agricultores de maneira a poder viver decentemente praticando sua profissão, sobre todo o território. Muitos jovens agricultores recusam o modelo produtivista, em razão da importância atribuída à preservação da tradição e à qualidade alimentar.

De fato, na França, a qualidade dos alimentos foi desde a segunda metade do século XVII o aspecto mais importante da alimentação. Esta concepção reflete nos dias de hoje no slogan "eu sou o que eu como", que implica considerar a importância da história dos produtos consumidos (o território onde foi produzido, a raça animal e a forma tradicional de fabricação). O consumidor procura com muita frequência a qualidade: há assim um treinamento para formação de um gosto que orientará as escolhas alimentares. Desde crianças, há uma aprendizagem de práticas associadas ao gosto, considerado como uma arte que se deve aprender ao degustar sabores diferentes. Desta forma, existem políticas de valorização e difusão do conhecimento alimentar e de diferentes formas de preparar os alimentos.

No momento dos protestos, as crises de segurança alimentar criaram um ambiente propício para o debate de alternativas quanto ao modelo de organização produtivista e industrial da agricultura (Moruzzi Marques e Bleil, 2000, p. 174). Esse debate tendeu a unir as preocupações dos camponeses e aquelas dos consumidores, com o objetivo de alcançar um modo de vida equilibrado do ponto de vista social e ambiental.

Texto 2: Concepções e modelos agrários em concorrência na gestão fundiária da França

A terra é um recurso importante e de grande valor, pois é um meio para múltiplos usos. Efetivamente, existe uma forte competição para acesso a esse recurso. Por esta razão, é preciso ter estruturas de gestão fundiária controlando a distribuição da terra: "o fundiário pode ser definido como "o conjunto das relações sociais entre os homens para o acesso e o controle da terra e a gestão dos recursos naturais" (Antier e Moruzzi Marques, 2011, p.14). Essas estruturas são próprias a cada país. O artigo em estudo visa discutir a gestão dos recursos fundiários na França e sua evolução com vista a contribuir com o debate brasileiro da questão.

O principal instrumento de gestão do fundiário para a distribuição da terra na França é as "Sociedades de Ordenamento Fundiário e Assentamento Rural" (SAFERs), criado em 1960 depois da segunda guerra mundial quando a segurança alimentar na França estava ameaçada em razão de uma agricultura medíocre. As SAFERs foram criadas assim para "de uma parte, estabilizar o mercado fundiário e torná-lo mais transparente e, de outra parte,



orientar a agricultura francesa com vistas a aumentar sua produtividade" (Antier e Moruzzi Marques, 2011, p. 14), a partir da aceleração da modernização agrícola francesa. Para atingir esses objetivos, as SAFERs possuem consistentes poderes tais como estimar o "justo valor" dos bens e das terras agrícolas; a prerrogativa de poder comprar terras para em seguida vendê-las (graças à aquisição amigável; ao direito de preempção e; à gestão temporária dos recursos fundiários). Mas estes poderes provocam grande debate nos dias de hoje, tendo em conta a evolução do contexto socioeconômico. O desafio atual consiste em promover a adaptação da gestão do fundiário às mudanças sociopolíticas dos últimos anos (Antier e Moruzzi Marques, 2011, p.17).

É possível identificar três correntes fundamentais neste debate: liberal-produtivista, intervencionista-produtivista e intervencionista-multifuncional. No caso da corrente liberal-produtivista, as SAFERs são criticadas pelo seu modo de funcionamento e pelas consequências de suas ações (controle sobre o preço da terra), considerando que há por exemplo muita ingerência política. O modelo supõe que "o livre mercado de terras agrícolas pode conduzir a resultados mais coerentes e adequados do que aqueles produzidos pela ação das SAFERs" (Antier e Moruzzi Marques, 2011, p.17). Por outro lado, a corrente intervencionista se opõe frontalmente à corrente liberal-produtivista, considerando a intervenção pública no mercado fundiário essencial. Nesta corrente, podemos distinguir duas vertentes. De um lado, aquela intervencionista-produtivista que defende os ideais originais de quando as SAFERs foram concebidas, visando preservar um modelo de agricultura familiar equipado e muito produtivo. De outro lado, a corrente intervencionista-multifuncional questiona as SAFERs focalizando os desgastes sociais e ambientais do produtivismo e demandando a promoção de uma agricultura sustentável.

De fato, o artigo estudado permite revelar que não existe no Brasil dispositivo comparável àquele em torno das SAFERs de intervenção no mercado fundiário (Antier e Moruzzi Marques, 2011, p.18). Assim, o estudo deste sistema francês já com cinquenta anos pode contribuir para a reflexão brasileira².

² Da mesma forma, podemos considerar a gestão fundaria na Bélgica. Em primeiro lugar, é importante destacar que neste país há importante descentralização, incluindo a gestão fundaria das terras agrícolas. A Bélgica é dividida em três regiões: flamenga, de Bruxelas e wallona. Nesta última, existe um programa wallon de desenvolvimento rural (PwDR), que regula a gestão fundaria na Wallonia, aprovado pela Comissão Europeia, que o cofinancia. Seus objetivos consistem em realizar um conjunto coordenado de ações de desenvolvimento e de planejamento do meio rural para sua revitalização e restauração. Trata-se de melhorar as condições de vida dos moradores de um ponto de vista econômico, social e cultural.